

4. A incapacidade política do Governo em gerir uma mudança em profundidade na nossa vida colectiva, de par com o sucessivo afunilamento das delegações de representatividade e alheamento dos cidadãos das decisões que lhes respeitam, vem modelando uma passividade resignada e uma progressiva descrença nos méritos e virtualidades do regime democrático.

Num Estado centralizado e gigante, absorventemente estruturante da sociedade civil, conformado por décadas de ditadura, as fórmulas e os mecanismos da democracia representativa, consignados na Constituição da República, têm vindo a institucionalizar-se não como meios necessários da vontade da base (a que em última análise no plano ético e político se repor-



2

tam) mas como solução de devolução temporariamente definiti-
va de uma legitimidade que autocráticamente se administra.

O sistema político português começa a manifestar preocupan-
tes distorções de exercício, a afirmar-se pela governamenta-
lização do Estado, em que este galopantemente se partidocra-
tiza, num cenário muitas vezes devedor, e só, de fidelidades
pessoais estreitas.

A Assembleia da República progressivamente a resvalar para
uma simples câmara de eco do Executivo, perdendo a sua iden-
tidade e especificidade fiscalizadora; enquanto que o exercí-
cio de competências na direcção do Estado, entre o Prsidente
da República e Governo, se continua a pautar, não num sentido
de harmonização e interdependência, mas por um conflito lar-
var em que o Presidente da República tende a ser colocado num
simples papel de segurança do sistema em tempo de crise e de
ruptura, e de seu espectador durante a evolução e desenvolvi-
mento daquelas.

As próprias "válvulas de segurança" do sistema democrático
(Tribunal Constitucional, Provedor de Justiça, Conselho Supe-
rior de Defesa Nacional, Conselho de Comunicação Social) per-
dem credibilidade ao instituirem-se numa lógica de referên-
cia governamental e partidocrata.

Expressão importante de democratização decorrente do 25 de
Abril, o Poder local voga, também, numa relativa indefinição,
muito mais situado no geral, ou forçado a assumir-se, como
máquina periférica do poder central, ou como aspiração dum no-
vo centralismo local, do que agente da activação social das
localidades e de revitalização da sociedade.



Os meios de comunicação social do Estado espelham, por seu tempo, uma notória e preocupante dependência e bloqueamento face ao Governo: envolvidos por um clima e acções que agri- dem a autonomia da função informativa e procuram, com o es- pectro do desemprego, da ameaça hierárquica e da censura, i- por a sedução da propaganda.

Os riscos de "pauperização" do regime democrático começam, a- sim, a acentuar-se - o esvaziamento das fórmulas democrático- -representativas torna-as cada vez mais distantes das aspira- ções de democracia participada inscrita na Constituição da República - ^{art. 48 e 112} abrindo espaço a que a política surja como uma simples relação de forças, sem projecto, onde inelutavelment- se impõe o poder do mais forte.

Aos partidos políticos caberia, por isso, assumirem-se numa mais exigente responsabilidade e compreensão de que, impres- cindíveis ao exercício democrático, não esgotam os meios de participação dos cidadãos na vida pública; sobretudo num sis- tema partidário que, como o nosso, não está ainda suficiente- mente estabelecido ou cristalizado, nos seus componentes par- tidários, nas suas recíprocas identidades e representações sociais.

Mas, porque a democracia e a liberdade não se bastam a si mes- mas elas podem correr crescentes riscos com o agravamento da pobreza, em extensão e intensidade, e o acentuar das desigual- dades. A necessária mobilização dos portugueses para superar a situação de crise só pode verificar-se se não se agravarem unilateralmente os factores de insegurança e das condições de vida dos já mais desfavorecidos.



17.

A mobilização nacional impulsionada por uma nova esperança só é possível a partir de uma redistribuição clara e séria dos sacrifícios e das compensações, aproveitando os recursos próprios do país e a nossa comum iniciativa criadora em busca de um novo modelo de desenvolvimento.

Só um projecto de articulação perene entre a responsabilidade pessoal humanizada e as exigências comunitárias e colectivas nos pode guiar na reorganização das estruturas da produção e do trabalho e dos serviços sociais, situando-nos no quadro de um novo diálogo internacional com os povos de todo o mundo, especialmente com os países de expressão oficial portuguesa.

Porque acreditamos na mobilização de vontades contra o desalento e a insegurança continuamos, firmemente, convictos de que é possível criar as condições para construir o Portugal Democrático e Novo, sonhado na madrugada de Abril.

Nas circunstâncias atrás expostas e numa perspectiva de responsabilização democrática, o MAD propõe-se:

- . contribuir para o inventário local e sectorial dos recursos desperdiçados ou insuficientemente explorados.
- . denunciar a má utilização dos recursos existentes apontando a sua necessária correcção.
- . equacionar a relação entre os micro-problemas constatados e o todo nacional.



- na base dos recursos detectados, elaborar propostas alternativas de resposta a problemas-chave e suscitar a sua discussão alargada.

O MAD assumir-se-á, igualmente, na sua plena responsabilidade de cidadania, interpelando a gestão dos poderes públicos, nomeadamente nas grandes opções sociais e políticas que, explicitamente ou por omissão, modelam o futuro do povo português.

Fundação Cuidar o Futuro

